

## **Espertalhões e tesoureiros**

Gustavo H. B. Franco

O economista é um profissional com a alma dividida entre uma fascinação, que remonta a Adam Smith, com as situações nas quais indivíduos atuando de forma egoísta produzem o bem comum e a irritação com as instâncias onde a prática da esperteza gera confusão mesmo. Não há nada mais velho em economia que o debate sobre a exata localização desta fronteira. Ou seja, até onde os mercados “organizam” comportamentos individuais movidos por interesses próprios da melhor forma possível? Em quais situações exatamente o egoísmo praticado no âmbito de mercados falha em produzir o melhor resultado para uma certa coletividade?

O assunto aqui é antigo e facilmente pode se tornar dogmático e chato, de tal sorte que convém levar essa discussão para o terreno da vida cotidiana. Vamos a um exemplo simples de como coletividades desorganizadas podem se comportar de forma irracional.

O pessoal da empresa em que você trabalha organiza um jantar de fim de ano. Todos vão a um restaurante e estão combinados que a conta será dividida em partes iguais. As pessoas começam a fazer suas escolhas e logo se percebe que alguns estão pedindo camarões e lagostas. Muito racional: são os pratos mais caros do cardápio, e se apenas uns poucos pedirem, vão diluir o custo pelo número de participantes. Só que percebendo o que os espertos estão fazendo, o que o resto das pessoas faz? Todos pedem camarão, e acabam irritados pagando uma conta muito mais alta do que seria razoável.

É claro que a conta pode ser cobrada individualmente, eliminando a distorção, mas isto nem sempre é possível, e pode não resolver o problema como demonstra um outro exemplo fornecido por uma jovem leitora do Amazonas. Rafaela, de 18 anos, teve uma experiência reveladora como segunda tesoureira da comissão de formatura de sua turma do curso secundário. A festa ia ser cara, e os alunos resolveram estabelecer contribuições mensais a serem feitas durante um período de tempo, a fim de juntar o dinheiro. Exatamente como num esquema de poupança programada: um grupo de pessoas economiza em conjunto durante certo tempo para constituir um fundo que pode ser usado para fornecer aposentadorias ou para adquirir um bem, como num

consórcio, que serve para automóveis, viagens e, por que não? festas de formatura.

O esquema parecia simples até que começou a inadimplência. Como nenhum dos formandos poderia ser excluído da festa, muitos raciocinaram que ao deixar de contribuir alguém acabaria pagando pelos inadimplentes de forma a não prejudicar a realização do evento. Como a inadimplência cresceu demais a nossa tesoureira teve de se aborrecer com seus colegas e forçá-los a fazer as contribuições devidas. A jovem tesoureira não sabia que estava diante do clássico problema do “bem público”, extensamente estudado pelos economistas, a ponto de tornar-se uma disciplina em separado, a “Escolha Pública”, que já produziu um par de Prêmios Nobel.

“Bem público” é aquele de cujo consumo ninguém pode ser excluído. Parques e praias são exemplos clássicos, mas a estabilidade de preços e um sistema previdenciário universal também cabem na mesma definição. Como o mundo é feito de espertos, ninguém quer pagar o preço para a manutenção desses “bens” pois sabem que não podem ser impedidos de consumi-los. O resultado é que a oferta desses bens, ou sua qualidade, acabam menores que a ideal. Com isso a própria coletividade termina prejudicada, ou seja, agindo de forma “irracional” quando vista em seu conjunto.

Rafaela resolveu cursar economia, ao perceber que o problema da festa de formatura tinha tudo que ver com o problema da Previdência e tantas outras anomalias econômicas decorrentes de problemas de decisão coletiva. Problemas que os mercados não resolvem. Como vivemos num país com muita gente que gosta de levar vantagem em tudo, precisamos de mais “tesoureiros”, vale dizer, pessoas que entendem os processos pelos quais as coletividades são prejudicadas pelo excesso de esperteza, e fundamentalmente, se irritam com isso.